

GUIA DE
INVESTIMENTO



Guiné-Bissau

投資
指南

几内亚比绍

投资指南 GUIA DE INVESTIMENTO

几内亚比绍 GUINÉ-BISSAU

几内亚比绍投资指南

Guia de Investimento da Guiné-Bissau

出版 | Editora

中国 — 葡语国家经贸合作论坛（澳门）常设秘书处

Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

承制 | Coordenação

MACAULINK新闻及信息服务有限公司

Agência de Informação e Notícias Macaulink, Lda.

内容 | Conteúdos

Ecosphere Consultores, Lda

印刷 | Impressão

华辉印刷有限公司

Welfare Printing Company, Ltd.

版次 | Versão

2021年9月

Setembro de 2021

规格 | Dimensão

21cm x 14,8cm

印量 | Tiragem

500

ISBN 978-99981-57-04-0

© 版权所有 侵权必究

Todos os direitos reservados

投资指南 GUIA DE INVESTIMENTO



几内亚比绍

GUINÉ-BISSAU



© Serge UWPhoto

目录 ÍNDICE

- 8 几内亚比绍官方数据
Dados Oficiais de Guiné-Bissau
- 9 总统及政府
Presidência e Governo
- 9 主要贸易伙伴
Principais Parceiros Comerciais
- 9 国内生产总值
Produto Interno Bruto
- 11 重点产业
Principais Indústrias



- 11** 自然资源与投资机会
Recursos Naturais e Oportunidades de Investimento
- 12** 成立公司
Constituição de Empresa
- 14** 外国投资审批
Aprovação de Investimento Estrangeiro
- 18** 中国与几内亚比绍关系
Relações entre a China e Guiné-Bissau
- 21** 2021年投资指南
- 35** Guia de Investimento 2021
- 52** 几内亚比绍常用缩写词和首字母缩略词
Siglas e Acrónimos de Guiné-Bissau
- 53** 葡语国家常用缩写词与简称
Siglas e Acrónimos Comuns aos Países de Língua Portuguesa
- 54** 中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门）
Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)
- 56** 服务平台
Plataforma de Serviços

几内亚比绍官方数据 Dados Oficiais de Guiné-Bissau



官方名称:
几内亚比绍共和国

Nome Oficial:
República da Guiné-Bissau



面积:
36,125平方公里

Área:
36 125 km²



人口:
1,930,000 (2020年)

População:
1,93 milhões (2020)



首都:
比绍

Capital:
Bissau



官方语言:
葡萄牙语

Língua Oficial:
Português



货币:
西非法郎

Moeda:
Franco CFA (XOF)



时区:
GMT

Hora Local:
TMG



行政区划:

几内亚比绍被划分为自治区比绍和以下地区: 巴法塔、给翁博、博拉马、卡谢乌、加布、奥约、基纳拉、通巴利。

Divisão Administrativa:

A Guiné-Bissau está dividida em Bissau, como Sector Autónomo, e as seguintes regiões : Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara , Tombali.



地理位置:

几内亚比绍位于非洲西海岸, 北与塞内加尔接壤, 东南与几内亚接壤。

Localização:

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental de África, fazendo fronteira com o Senegal a norte e com a Guiné Conacri a leste e a sul.

总统及政府 Presidência e Governo



总统: Presidente:

乌马罗·西索科·恩巴洛 Umaro Sissoco Embaló

总理: Primeiro-Ministro:

努诺·戈梅斯·纳比亚姆 Nuno Gomes Nabiam



政府官方网站:
Portal do Governo:
<http://www.gov.gw>

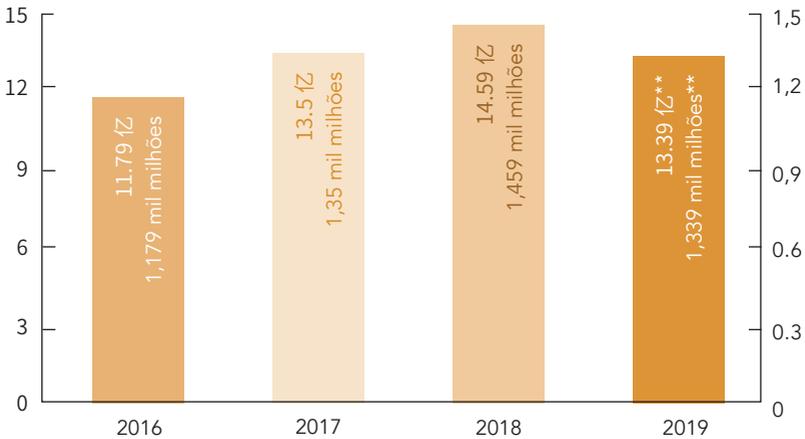
主要贸易伙伴 (2019) Principais Parceiros Comerciais (2019)



比利时、中国、
印度、葡萄牙

Bélgica, China,
Índia, Portugal

国内生产总值* Produto Interno Bruto*



*美元 USD

**估算值 Estimativa



冈比亚
Gâmbia

塞内加尔
Senegal

法林
Farim

加布
Gabú

卡谢乌
Cacheu

奥约区
Oio

巴法塔
Bafatá

卡谢乌区
Cacheu

Quinhamel

比绍
Bissau

基纳拉区
Quinara

巴法塔区
Bafatá

加布区
Gabú

给翁博
Biombo

比绍
Bissau

Bolama

Buba

博拉马
Bolama

卡蒂奥
Catio

通巴利区
Tombali

几内亚
Guiné

大西洋
Oceano Atlântico

重点产业 Principais Indústrias

北部 | NORTE

-  腰果
Castanha de cajú
-  渔业
Pesca
-  大米生产
Produção de arroz

中部 | CENTRO

-  腰果
Castanha de cajú
-  商业和服务业
Comércio e serviços
-  旅游业（比热戈斯群岛）
Turismo (Arquipélago dos Bijagós)

南部 | SUL

-  农业
Agricultura
-  畜牧业
Pecuária
-  渔业
Pesca

自然资源与投资机会 Recursos Naturais e Oportunidades de Investimento

-  可再生能源
(太阳能、风能等)
Energias renováveis
(solar, eólica, outras)
-  丰富的渔业资源和得天独厚的海洋经济活动条件
Abundantes recursos piscatórios e condições propícias às actividades marítimas
-  大量高质自然风景旅游地
Grande quantidade e qualidade de locais de turismo de natureza
-  建筑业与基础设施建设
(公路和港口建设)
Construção e infra-estruturas (rodoviárias e portuárias)
-  法林区的磷酸盐矿
Minas de fosfatos em Farim
-  博埃区的铝土矿
Minas de bauxite no Boé
-  面向区域出口的制造业
Indústria transformadora para exportação regional
-  沿海地区的石油开采
Extracção de petróleo na costa

成立公司 Constituição de Empresa

1

企业事务办理中心
办理公司名称登记
证明（公司核名证
明书）。

Obter um certificado
de registo de nome
(Certidão Negativa
de Denominação
Social) no Centro
de Formalização de
Empresas (CFE).



▲
海龟
Tartaruga marinha

2

于企业事务办理中心缴纳相应的注册费用

- 公司名称证明（核名证明书），7,098西非法郎；
- 公证书，21,780西非法郎/两页；
- 文件公证，3,867西非法郎/两页；
- 登记证明（注册证明），47,212西非法郎；
- 登报，35,000西非法郎；
- 经营活动申报，10,000西非法郎；
- 商业许可证，53,846西非法郎；
- 印花税，公司资本的3%。

Pagar as taxas de registo no CFE

- XOF 7098 para certificado de nome (Certidão Negativa);
- XOF 21 780 por duas páginas da escritura pública;
- XOF 3867 por duas páginas da certidão notarial;
- XOF 47 212 para certificado de registo (Certidão de Matrícula);
- XOF 35 000 para publicação;
- XOF 10 000 para Declaração de Actividades;
- XOF 53 846 para Licença Comercial;
- Imposto do selo de 3% do capital da empresa.

3

开立银行账户、存入注册资本。

- 有限责任公司所有人可自行设定注册资本，最低注册资本为5,000西非法郎。开立银行账户需要提交经认证的“公司核名证明书”副本，文件须由公司股东签名。

Abrir uma conta bancária e depositar o capital

- Para uma sociedade de responsabilidade limitada, o capital da empresa pode ser determinado pelos proprietários, e o valor mínimo de cada quota é XOF 5000. Para abrir a conta bancária é necessária uma cópia autenticada da “Certidão Negativa de Denominação Social” com as assinaturas dos sócios da empresa.

4

寄发公司章程并于企业事务办理中心办理章程的公证书。

Enviar estatutos da empresa para obter a escritura pública no CFE.

5

于财政局驻企业事务办理中心代表处办理纳税人识别号。

Obter um número de contribuinte (NIF) junto do representante da repartição de finanças no CFE.

6

办理公司登记，取得登记证明（注册证明）和商业许可证。

Cadastrar a empresa e obter um certificado de registo (Certidão de Matrícula) e uma licença comercial

7

于公共管理、工作、就业与社会保障部-劳动监察总司办理登记。

Registar-se no Ministério do Trabalho (Inspeção Geral de Trabalho - Ministério da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social).

8

于国家社会保障局办理登记。

Registar-se junto do Instituto Nacional de Segurança Social.

外国投资审批

Aprovação de Investimento Estrangeiro

1

几内亚比绍为西非国家经济共同体成员，西共体人口超过3亿，西非经济货币联盟人口超过8,000万。该国使用的货币为非洲金融共同体法郎，是与欧元挂钩的可兑换货币。该种货币的流通使得所有外部交易，无论是在商业层面，还是在投资和股息回流方面都变得更加便利。同时，对于某些行业而言，在几内亚比绍开展业务即意味着自动打入了经济区其他国家的市场。

A Guiné-Bissau está inserida na zona da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com mais de 300 milhões de habitantes e dentro desta a união monetária superior a 80 milhões de habitantes. Assim, a moeda é o franco CFA que, estando indexada ao Euro, é convertível, o que facilita todas as operações externas quer a nível comercial, tanto no investimento como na repatriação de dividendos. Ao mesmo tempo, a abertura de determinado tipo de negócios na Guiné-Bissau dá automaticamente acesso a outros países da zona económica.





2

几内亚比绍先后加入了多个旨在促进外国资本投资的国际性公约和协定，其中包括《多边投资担保机构公约》和“非洲经济合作与保险基金”。此外，国内投资的奖励措施由《投资法典》规定，该法指出可于投资实施阶段、员工培训阶段以及针对基础设施的投资给予投资者相应的奖励。吸引外国投资、促进国家经济社会发展已被写入《几内亚比绍共和国宪法》，因此吸引外资是几内亚比绍发展的重中之重。

A Guiné-Bissau tem vindo a aderir a diversos tratados e convenções internacionais cujo objectivo é promover o investimento do capital estrangeiro, tais como a *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA) e o *Fonds Africain de Garantie et de Cooperation Economique* (FAGACE). No entanto, a nível doméstico, os incentivos ao investimento regem-se pelo Código de Investimento, o qual contempla incentivos na fase da realização dos investimentos; na fase de operação à formação profissional dos trabalhadores e o investimento em infra-estruturas. A promoção da captação de investimento estrangeiro para reforçar o desenvolvimento económico e social do País encontra-se consagrado na própria Constituição da República da Guiné-Bissau, sendo por isso uma prioridade do Estado.

3

几内亚比绍负责外国投资事宜的机构是投资促进局和企业事务办理中心。

As entidades responsáveis pelo investimento estrangeiro são a Agência de Promoção de Investimento – Guiné-Bissau Investimentos e o Centro de Formalização de Empresas (CFE).

4

公司可根据自己的商业模式和经营战略挑选员工和合作方。该国未规定本国员工与外籍员工的人数比例；原则上亦不强制要求与本国股东合作设立企业，但鼓励与本国人士合作经营，这样的经营模式更加便利。

As empresas são livres de escolher os seus quadros e colaboradores em função do seu modelo de negócio e estratégia empresarial. Não existem rácios de empregabilidade para cidadãos guineenses e quadros expatriados. Em geral não é obrigatória a associação com sócios locais, sendo que a mesma pode ser conveniente e incentivadora.



5

对资本回流未加限制，这是几比经济吸引外国投资的最重要因素之一。

Não existem restrições ao repatriamento de capitais, sendo este um dos factores mais relevantes na competitividade da economia guineense para atrair investimento estrangeiro.

6

原则上，不对外国投资者在几内亚比绍企业的持股比例设限。

Em geral, não existem limites à participação de investidores estrangeiros no capital das empresas guineenses.

7

非居民实体可以永久特许的形式取得城区房产或用于建设的地块；对于农村房产则可获得至多90年的产权。

Uma entidade não-residente pode adquirir terrenos sob a forma de concessão perpétua no caso de prédios urbanos e lotes de terreno para construção ou de até 90 anos no caso de prédios rústicos.

8

外籍员工可获得居留许可，往返几比无需再申请签证。外籍员工可成为本国纳税人，无需向原籍国纳税。

Os trabalhadores expatriados poderão aceder a autorizações de residência o que evitará a obtenção de vistos para deslocações ao país. Poderão ainda tornar-se contribuintes locais deixando de ser contribuintes no país de origem.

全国人民代表大会
Assembleia Nacional Popular



© TLF Images

中国与几内亚比绍关系 Relações entre a China e Guiné-Bissau

中国与几内亚比绍于1974年建交。1990年，两国外交关系中断，之后于1998年复交。发展援助是两国合作关系的主旋律，特别是在几内亚比绍所需的基础设施建设方面。

例如，中方为几比援建了国民议会大厦、政府总部大楼、司法大楼、总统府、医院等项目。

A China e a Guiné-Bissau estabeleceram relações diplomáticas em 1974, mas estas foram interrompidas em 1990 e reatadas em 1998. A assistência é a componente mais importante da cooperação entre os dois países, direccionada sobretudo à construção de infra-estruturas de que a Guiné-Bissau necessita.

Entre as infra-estruturas erguidas com apoio da China estão o edifício da Assembleia Nacional Popular, o edifício-sede do Governo, o Palácio da Justiça, o Palácio Presidencial e várias unidades hospitalares.

奥兰戈岛海滩
Praia na ilha de Orango

贸易往来方面，中国与几内亚比绍的年均双边贸易额保持在接近3千万美元的水平，其中自华进口占几比进口总额的9%。

企业合作方面，渔业一直是双方重点发展的产业，包括中国水产有限公司在内的部分中国企业目前正在几内亚比绍开展经营活动。

几比国内有一个小型华人社区，当地华人主要从事零售和批发贸易。

O valor do comércio bilateral tem-se mantido próximo dos 30 milhões de dólares americanos. As importações da China representam cerca de 9% do total importado pela Guiné-Bissau.

A nível empresarial, o sector das pescas tem sido um importante foco de actividade. Entre as empresas chinesas a operar no país está a Corporação Nacional de Pescas da China.

O país possui uma pequena comunidade chinesa, que se dedica essencialmente ao comércio a retalho e por grosso.

稻田
Arrozal



2021年，中国政府投资1,360万欧元援助几比政府修建高速公路，该公路全长8.2公里，从比绍机场出发通往萨芬。

同年，中国还宣布向几内亚比绍捐赠750万美元，以供几比海关购置扫描仪器。

Em 2021, a China financiou uma auto-estrada com 8,2 quilómetros que liga o aeroporto de Bissau a Safim e que representou um investimento de 13,6 milhões de euros.

Ainda em 2021, a China anunciou uma doação de 7,5 milhões de dólares americanos para a aquisição de um digitalizador destinado aos serviços de alfândega do país.

奥兰戈岛上的咸水河马
Hipopótamos de água salgada na Ilha de Orango





2021年 投资指南



1.1

法律制度

2011年颁布的《投资法典》仅在2015年由《国家总预算》进行更新，适用于任何活动部门，与投资者的国籍、公司法定形式等方面无关，除非《投资法典》另有明确规定。

在采矿、石油和林业领域的投资遵守各领域相关法律或投资合同的规定。

几内亚比绍投资促进局成立于2012年，职责是代表所有相关的行政机构，担任投资者的唯一对接者。几内亚比绍投资促进局是一个集中式服务机构，与其他各相关部门合作，为投资者提供支持，跟进和评估获批投资项目及其他类似活动的实施情况¹。

几内亚比绍投资促进局拥有以下主要职能：

- 通过政府的事先批准，参与公司资本；
- 促进或参与其他合伙形式，旨在加强提高这些合伙体的现代化及竞争力；
- 推动几内亚比绍作为投资的目的地。

1.2

投资者的保障、向境外汇款及鼓励措施

国家保证对外国和本国投资者给予同等待遇，不采取任何国有化、征收或征用措施，除非出于公共利益或公用事业的理由；如发生这种情况，国家支付合理的金钱赔偿：

¹ 该部门的职责和运作由行政委员会批准的规章规定，并由上级主管机构确认，截至本版发布之日尚未通过。

**保障向境外汇款
(通过银行系统)**

在扣除应缴的摊还款和税款后的股息和利润。

资本汇回母国，为相关企业自有资本中的外资参股额。

根据2018年《国家总预算》，希望享受资本汇回的投资者应该遵守与资本税有关的税收要求，履行与税务当局合作的公共义务，向西非国家中央银行和其他商业银行提供以下文件，否则将按未付资本税的双倍金额处以罚款。

- 付款证明；
- 清税证明。

在本地居民和外国投资者之间可以自由进行投资转让、出售及清算，在支付了相应的税款和应付款后，出口外国投资的转让、出售或清算产品受到保障。

根据现行银行业法律规定，在履行了相应的纳税义务后，任职于某企业并在几内亚比绍合法居住和工作的所有外国人员，均有权将在该企业获得的全部或部分报酬转移至国外。

西非国家中央银行是由西非经济货币联盟成员国组成的国际公共机构。

投资鼓励

鼓励投资 (在投资项目实施过程中)²

鼓励巩固企业和就业岗位 (在新企业运作的最初几年)

鼓励进行员工职业培训

鼓励发展经济性或公用事业的社会性基础设施

² 《投资法典》没有具体规定在投资实施阶段给予何种鼓励。

为申请享受上述鼓励措施，投资额应该等于或高于34,000美元，旨在创建一个新公司或新项目，扩大并落实现有项目的现代化或多样化，更新设备。

投资额等于或高于8,000万美元的投资项目被视为对国家具有重大意义，根据包括经济部门负责人在内的政府主管官员们的建议，部长理事会可以采取其他鼓励措施，写在投资合同内。这些鼓励涉及：

- 工业税；
- 房地产税；
- 其他任何所得税、土地税、与批地有关的应纳费用。

要求获得税收鼓励的申请应该提交给政府成员中的经济部门负责人，申请材料中包括投资项目介绍和法规要求的其他信息³。

1.3

成立公司所要求的法定方式

1.3.1 要求的方式与文件

公司的成立应该遵守非洲商法协调组织《商业公司及经济利益集团统一法》中的要求，该法于2005年通过，至今未作更改，规定如下：

- 通过办理公证或在注册地址所在国具有类似效力的方式使公司章程正式化；
- 通过公证方式，认可各方签名笔迹，如有改动，只可以通过同一方式进行。

商业公司的成立、解散、清算以及公司合同的更改可以采取私文书的形式，但要经过公证员公证，公证员执行2010年颁布的《商业公司成立、变更、解散和清算制度》和1968年颁布并于2010年最后一次更新的《公证法典》。

³ 根据2018年的《国家总预算》，政府获准制定《投资税法典》，该法典截至本版发布之日尚未通过。

1.3.2 注册资本

股份有限公司：
最低资本1,000万西非法郎⁴
(约15,240欧元)

有限责任公司：
最低资本100万西非法郎
(约为1,520欧元)

登记与发放执照的要求

1.4

以下活动需事先申办执照，不受2011年颁布的《工业、商业和旅游业经济活动制度》限制。

需事先获取执照的活动

渔业	林业	制药业	矿业	银行业和金融业
建筑与公共工程	腰果	蒸馏酒	餐饮业	住宿业
旅行和旅游业	陆海空运输业	燃料贸易	有害有毒有噪声工业	
食品的生产与销售	农药和有毒产品经销		易燃品和化学品经销	
动物养殖和肉类销售工业	武器和弹药贸易		进出口	

⁴ 自1997年5月2日起，非洲金融共同体法郎（简称西非法郎）代替几内亚比索成为几内亚比绍共和国的法定货币和支付手段。计划2020年西非法郎更名为“埃科”。<https://www.originalreporter.com/economia/eco-a-nova-moeda-unica-da-cedeao>；<https://www.dn.pt/lusa/comunidade-economica-da-afrika-ocidental-quer-moeda-unica-em-2020-11018957.html>；<https://www.radiojovem.info/a-franca-e-oito-paises-africanos-anunciaram-hoje-um-acordo-para-por-fim-ao-franco-cfa-moeda-do-tempo-colonial/> 但相关措施截至本版发布之日仍未落实。

自2011年起，进出口业务需要运营者提供书面的简要声明，即填写商业、工业和旅游部的主管部门制定的专门表格，交给海关，海关随后将表格发还制表部门⁵。

1.5 外汇交易的规则和程序

外汇交易问题自1991年起得到考虑，但未见之后的法律文件：

- 购售外币以及其他任何涉及购买或出售对外支付手段的操作；
- 有关金币、金条或其他形状的未加工黄金交易；
- 居民和非居民之间结算商品、无形活动和资本的交易；
- 非居民在几内亚比绍的银行机构开设并操作外币存款账户；
- 居民在境内外开设并操作外币存款账户。

可以在外汇市场中运作并随时加入外汇系统的实体由中央银行定义和批准，中央银行是国家的外汇当局。外汇系统内的机构被认为获批在外汇市场充分开展其活动，依法成立的货币兑换处也可以获批。

获批从事外汇交易的实体不可在互相之间、与外国金融机构或与其他实体签订任何会导致在外汇市场占据主导地位或改变外汇市场正常运作条件的协议或合同。持有外币的居民才可以将外币自由交给获批实体进行外汇交易，不必说明其外汇来源。

至于非居民，必须在抵达几内亚比绍时向海关当局申报其所携带的外币数额。

若源自出口货物或服务的外汇，或源自国内资本操作的外汇不通过银行机构输入，即违反外汇法，可处以100万至1亿几内亚比索⁶罚款（约15,354至1,538,461西非法郎或约23至2,300,300欧元）。

⁵ 截至本版发布之日，有关表格的法律文件尚未通过。下述条件和行政许可于2011年被取消：进口预登记表（BRPI）和出口预登记表（BRPE）；采取商业公司的性质以获得旅行社营业执照的条件；根据1975年之前的《工业规章》的规定，在《政府公报》上公布营业执照。

⁶ 第20/91号法令第15条规定的罚款额，截至本版发布之日未被更改或废止。由于加入了西非经济货币联盟，几内亚比索在1997年被西非法郎取代，为65几内亚比索换1西非法郎。

外商投资的限制

1.6

根据2011年颁布并于2015年更新的《投资法典》，不禁止任何活动享受投资鼓励，保障所有投资者享有发起和实施经济活动的权利。

在不影响自由竞争、不影响企业在市场的正常条件下中获取所需的原材料或半成品的情况下，投资行为应遵守：

- 国家法律体系和几内亚比绍签署的国际条约中的相关规定；
- 尤其是涉及以下方面的法规：公众健康保护、消费者保护、竞争、环境保护、沙漠化防治、产品的标准化和产品质量、税务缴纳、准确而完整的会计制度的采用及维护。这个会计制度是根据**西非会计系统**和（或）**非洲商法协调组织会计系统**而制定的。

西非会计系统是西非经济货币联盟内共同的会计参考系统，它决定除了执行公共会计规则的实体以外，生产商品和服务（无论是否可以经销）的实体有义务组织会计，伴随着各自所持续开展的营利或非营利主要或辅助经济活动。这些实体包括：

- 需遵守《贸易法》法规的公司；
- 公共企业；
- 准公共企业；
- 混合经济公司；
- 合作社。

资产负债表递交单一窗口成立于2013年，是关注西非会计系统运作的本国机构，隶属于财政部税务总局，使命是每年接受在国内运营的金融和非金融公司及机构的年度资产负债表以及相应的财务报表。

根据《采矿和采石法典》进行**采矿活动**的企业，应该按照《采矿公约》所规定的条件，确保部分产品供应国内市场。

1.7

离岸区和免税区

于2011年颁布并于2015年修订的《投资法典》不适用于在免税区或免税商店的投资项目，因为它们执行相关法律或投资合同。

几内亚比绍迄今尚未建立任何离岸区或免税区，但自1991年起，政府被许可在本国境内的任何地区建立免税区，规定如下：

- 免税区是工业、商业和服务性的；
- 在经济、计划与区域一体化部设立免税区办公室。

1988年决定对在保税仓库或免税区加工的货物再出口免征一般关税和手续费。

离岸区的石油潜力一直得到认可，这反映在为合作目的而对情况及发展状况所作的分析中⁷。

1.8

外资公司的成立

根据2011年发布的《工业、商业和旅游业经济活动总纲》，允许国内或国外的自然人或法人自由从事工业、商业或旅游业经济活动，只要能提供保证金并购置保险单来保障法律规定的运营者的民事责任。同样也取消了成立公司从事相关经营活动及修改公司章程需获得事先许可的规定。

欲了解详细信息，请浏览私人投资促进总局⁸的官方网站。

⁷ https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

⁸ <http://dgpip-bissau.blogspot.com/> 与 <http://www.didinho.org/>

主管机关

1.9

以下部门隶属于经济、计划与区域一体化部：

- **私人投资促进总局**，负责管理和实施《投资法典》，旨在：
 - 促进、支持、跟进及监督本国和外商的私人投资行为；
 - 为本国和外商的投资和技术转让签发必要的许可证，以根据法律规定使其获得优惠；
 - 核实并确保投资项目的实施符合给予优惠的前提条件。
- **几内亚比绍投资促进局**，成立于2012年，旨在：
 - 积极推动有利于实现本国和外商投资项目的条件；
 - 推动几内亚比绍作为外国直接投资的目的地；
 - 担任投资者的唯一对接者。
- **企业事务办理中心**，成立于2010年，旨在使创业者通过唯一对接者获得服务，避免与多个公共部门接触，浪费可用于业务活动的资源。⁹

西非国家中央银行¹⁰，为**西非货币联盟**的一个机构，与西非开发银行携手，在2008年获得通过的《章程》中确定了以下目标：

- 在西非货币联盟内制定和实施货币政策；
- 确保西非货币联盟的银行体系和金融体系的稳定；
- 促进西非货币联盟支付系统的良好运作，进行监督，确保安全；
- 在部长理事会制定的条件下实施西非货币联盟的外汇政策；
- 管理西非货币联盟成员国的官方外汇储备。

为应对由于履行国家义务而导致的公共支出增加，**经济财政部长**于2018年7月采取措施，对经营活动进行有效征税，直至有效税负被取消的日期。**税务总局**作为财政部负责执行税收政策和法规的机关，对所有税项进行稽查和征收。

⁹ 根据5月10日第8/2011号法令序言的规定。

¹⁰ www.bceao.int

有效实施税收标准的措施

实施税收	措施的实施者
购买机票：印花税	国家民航局
公司行为：印花税	企业事务办理中心
收费站服务：销售和服务普通税	道路养护基金
机场服务：销售和服务普通税	机场后勤服务处
渔业活动执照（包括欧盟的船东）：印花税	渔业部
供电和供水：销售和服务普通税	几内亚比绍能源水务局
由财政系统支付的报酬（薪金、代表津贴、终身补贴、服务费、提成、出席费以及超过20万西非法郎或约300欧元的退休金）：职业税	经济、财政和项目部
实施工程承包：印花税	经济财政部、道路养护基金
工程执照：印花税	比绍市政厅
支付租金：城市房屋税	经济财政部及其他公共部门
提供外包服务：工业税	

解决争议

1.10

在投资过程中发生争议和纠纷时，应首先通过和解方式处理，如无可能才诉诸仲裁。

投资者和企业可以选择和解、调解或仲裁的规则来解决与国家的纠纷。这些规则来自：

- 双方之间签署的调解与仲裁合同或协议，执行双方选择的适用仲裁规则；
- 几内亚比绍与投资者所属国之间签署的投资保护协议或条约；
- 符合华盛顿公约第25条规定的投资者，适用在国际复兴开发银行支持下于1965年3月15日签署的《华盛顿公约》，即《关于解决国家与他国国民之间投资争端公约》¹¹，以及解决国家与他国国民间投资争端的国际投资争端解决中心；
- 不符合《华盛顿公约》第25条规定的投资者，则适用国际投资争端解决中心理事会于1978年9月27日通过的补充机制规章规定。

在上述规则不适用的情况下，当事各方可诉诸几内亚比绍共和国司法法院解决投资活动范围内的冲突。

¹¹ 《华盛顿公约》（《关于解决国家与他国国民之间投资争端公约》）官方网站：<https://icsid.worldbank.org/ICSID/Index.jsp>；缔约国名单：<https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/about/Pages/Database-of-Member-States.aspx>

1.11

向国家提供服务和工程

2012年颁布的《公共合同法典》条款保持不变，适用于估价（不含其他费用）等于或高于以下限额的公共合同：

- 供应和服务合同：500万西非法郎（约等于7,600欧元）；
- 工程合同：1,000万西非法郎（约15,240欧元）。

国家与私有企业签订的合同

由私法人代表国家、地区、公法人、国有企业、公共资产占大股的公司或由一个或多个公法人成立的合伙公司签订的公共服务合同或授权合同；

由私法人或由混合经济公司签订的、可享受财政招标优惠或国家担保的公共服务合同或授权合同。

《几内亚比绍2015-2025年国家发展战略》又称“**Terra Ranka重新出发**”¹²，旨在“实施包容性发展、良政以及生物多样性保护，以建设一个积极发展而政治稳定的几内亚比绍”，并以此为出发点，连接“每一个村镇”¹³。

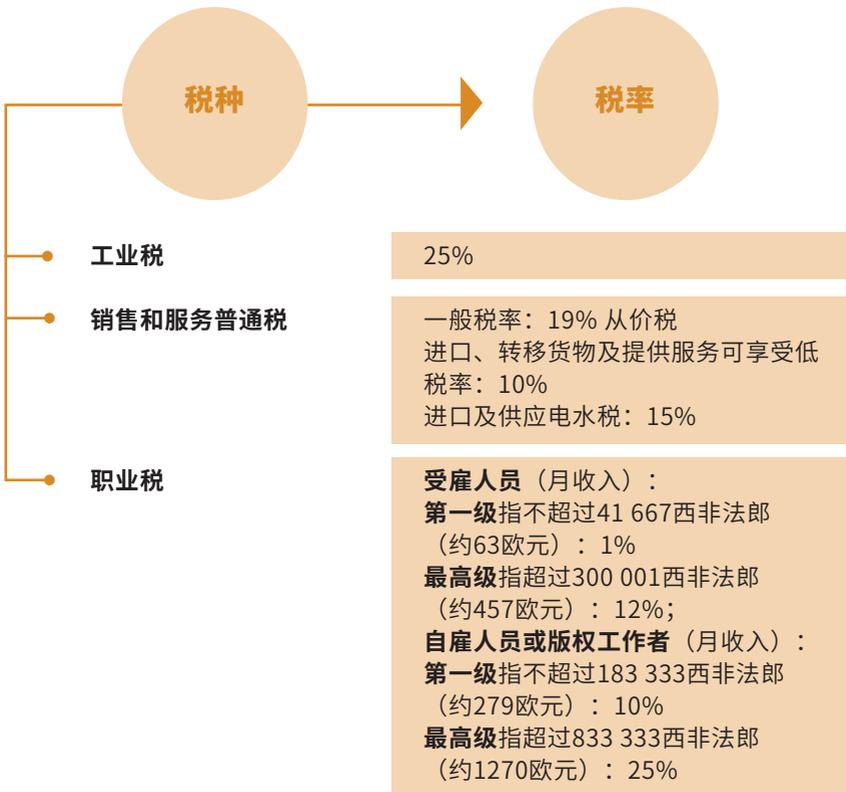
在几内亚比绍，没有批准与投资、经济、贸易或工业直接相关的其他纲领、计划或战略。

¹² <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>

¹³ 原文tabanca，指几内亚比绍的区或镇。

主要税率

1.12



1.13

其他信息来源

在几内亚比绍私人投资促进总局登记的企业可获优惠，请浏览促进局的“如何在几内亚比绍投资”网站获取相关信息，其中包括申请免税及执行流程时必须随附的文件以及从事农业、渔业、商业、建筑、教育、工业、卫生、交通、旅游、港口、电力和水务、矿产活动的必要文件¹⁴。可以通过葡萄牙经贸投资促进局获得以下信息¹⁵：

- 几内亚比绍私人投资促进总局¹⁶；
- 几内亚比绍工商农服务业商会¹⁷；
- 几内亚比绍商会¹⁸。

可从以下实体获得更多信息：

- 葡萄牙储蓄信贷银行¹⁹；
- 卡蒙斯学会²⁰；
- 世界银行²¹；
- 全国企业协会²²；
- 非洲、亚洲与发展中国家研究中心²³；
- 欧洲对外行动署²⁴；
- 国际货币基金组织²⁵。

¹⁴ 请查阅 www.didinho.org/comoinvestirnaguinebissau.htm

¹⁵ <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/GuineBissauICU.pdf>

¹⁶ <http://dgpip-bissau.blogspot.pt/>

¹⁷ <http://ccias-guinebissau.com/>

¹⁸ <https://web.facebook.com/Câmara-do-Comércio-da-Guiné-Bissau>

¹⁹ <https://www.cgd.pt/Empresas/Plataforma-Internacional/Estudos/Documents/1-GUINE-NIGERIA-CEDEAO-CPLP.pdf>

²⁰ https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

²¹ <http://documents.worldbank.org/curated/pt/314531468034873380/pdf/595620ESW0PORT1Main0Report01PUBLIC1.pdf>

²² https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf

²³ <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp155.pdf>

²⁴ https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/soccivilstadogb_net.pdf

²⁵ <https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2018/06/06/Guinea-Bissau-Fifth-Review-Under-the-Extended-Credit-Facility-Arrangement-Request-for-45942> ; <https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2017/12/18/Guinea-Bissau-2017-Article-IV-Consultation-and-Fourth-Review-Under-the-Extended-Credit-45485>



GUIA DE INVESTIMENTO

2021



1.1

Regime legal

O **Código de Investimento** de 2011, apenas actualizado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2015, aplica-se independentemente do sector de actividades, nacionalidade do investidor e forma jurídica da empresa, ou de qualquer distinção de outra natureza, salvo as nele expressamente previstas.

Os investimentos nas áreas de exploração mineira, petrolífera e florestal regem-se nos termos da legislação própria ou de contratos de investimento.

Cabe à **Agência da Promoção de Investimentos da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau Investimentos - GBI)** criada em 2012 o papel de **Interlocutor Único do Investidor**, representando todas as entidades administrativas envolvidas. A GBI funciona como serviço centralizado e articulado com os departamentos sectoriais no apoio ao investidor, no seguimento e avaliação da implementação dos projectos de investimento aprovados e outras actividades afins¹.

A GBI tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- Participar no capital de empresas, mediante autorização prévia do Governo;
- Promover ou participar em outras formas de associações que tenham por objecto o fortalecimento, modernização e aumento da sua competitividade;
- Promover a Guiné-Bissau como destino de investimentos.

¹ As atribuições e funcionamento do respectivo serviço são objecto de regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pela entidade de Tutela o qual não foi aprovado até à data da presente Edição.

Garantias dos investidores, transferências para o exterior e incentivos

1.2

O Estado garante a igualdade de tratamento aos investidores estrangeiros e nacionais e que nenhuma medida de nacionalização, expropriação ou requisição será adoptada, salvo em razão de interesse ou utilidade públicas cabendo, nesse caso, ao Estado o pagamento de uma justa indemnização pecuniária.



Por via do OGE de 2018, os investidores que pretendam beneficiar do repatriamento de capital devem cumprir a exigência fiscal relativa ao Imposto de Capital, entregando ao **Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)** e aos demais bancos comerciais, no âmbito do seu dever público de colaboração com a Administração Fiscal, os seguintes elementos, sob pena de aplicação de multa equivalente ao dobro do imposto de capital que se deixar de pagar.

- Comprobativos de pagamento;
- Certidão de quitação fiscal.

O **BCEAO** é um estabelecimento público internacional constituído entre os Estados Membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

As operações de cessão, venda ou liquidação de investimentos entre residentes e investidores estrangeiros são livres, sendo garantida a exportação do produto da cessão, venda ou liquidação de investimentos estrangeiros, depois de pagos os respectivos impostos e obrigações.

Todo o pessoal estrangeiro ao serviço de uma empresa e que se encontre legalmente autorizado a residir e a trabalhar na Guiné-Bissau tem o direito de transferir para o exterior a totalidade ou parte da remuneração obtida nessa empresa, sem prejuízo do cumprimento das respectivas obrigações fiscais, nos termos da legislação bancária em vigor.

INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Incentivos ao investimento, concedidos na fase de realização dos investimentos²

Incentivos à consolidação da empresa e ao emprego, concedidos nos anos iniciais de operação de novas empresas

Incentivo à formação profissional dos trabalhadores

Incentivo em infra-estrutura económica ou social de uso público

Para requerer os incentivos acima é necessário que o montante do investimento previsto seja igual ou superior a USD 34 mil e que vise a criação de uma nova empresa ou actividade, a expansão, a modernização ou a diversificação de actividades existentes ou a renovação de equipamentos.

São considerados projectos de investimento de grande interesse para o País os de montante igual ou superior a USD 80 milhões, que poderão beneficiar de outros incentivos atribuídos pelo Conselho de Ministros, através do Contrato de Investimento, mediante proposta dos membros do Governo competentes, de entre os quais o responsável pelo pelouro da economia. Estes incentivos incidem sobre:

- A contribuição industrial;
- A contribuição predial;
- Quaisquer outros impostos sobre o rendimento, assim como sobre a taxa fundiária e outras devidas no âmbito da concessão de terras.

O requerimento de incentivos fiscais deve ser apresentado ao membro do Governo responsável pelo sector da economia, o qual incluirá o projecto de investimento e as demais informações requeridas em procedimentos a regulamentar³.

² O Código de Investimento não especifica que tipos de incentivos são concedidos na fase de realização dos investimentos.

³ Pelo OGE para 2018 ficou o Governo autorizado a legislar sobre o Código Fiscal do Investimento, o qual não foi aprovado até à data da presente edição.

Forma legal exigida para a constituição de sociedades

1.3

1.3.1 Forma e documentação exigida

A constituição de sociedades deve obedecer aos requisitos do **Acto Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA)**, aprovado em 2005 e que se mantém inalterado, que obriga, designadamente, ao seguinte:

- Formalização de estatutos por escritura pública ou acto que no Estado da sede social tenha força probatória semelhante; e
- Reconhecimento de letra e assinatura de todas as partes, segundo formulário notarial, só podendo ser modificado pela mesma forma.

Por sua vez os actos de constituição, dissolução e liquidação de sociedades comerciais, bem como os de alteração do pacto social, podem constar de documento particular, desde que autenticado por notário conforme estipula o **Regime de Constituição, Modificação, Dissolução e Liquidação de Sociedades Comerciais** de 2010 e o Código do Notariado de 1968, atualizado pela última vez também em 2010.

1.3.2 Capital social

Sociedade anónima:

capital mínimo 10 milhões FCFA⁴ (cerca de EUR 15 240).

Sociedade de responsabilidade limitada:

capital mínimo 1 milhão FCFA (cerca de EUR 1 520).

⁴ Desde 2 de Maio de 1997, a unidade monetária da República da Guiné-Bissau é o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA) com curso legal e poder liberatório, em substituição do Peso Guineense (PG). Em 2020 previu-se a alteração da designação do FCFA para "Eco" <https://www.originalreporter.com/economia/eco-a-nova-moeda-unica-da-cedeao>; <https://www.dn.pt/lusa/comunidade-economica-da-africa-ocidental-quer-moeda-unica-em-2020-11018957.html>; <https://www.radiojovem.info/a-franca-e-oito-paises-africanos-anunciaram-hoje-um-acordo-para-por-fim-ao-franco-cfa-moeda-do-tempo-colonial/>. No entanto, até à data da presente edição tal alteração não foi implementada.

1.4

Requisitos de registo e licenciamento

As seguintes actividades estão sujeitas a licenciamento prévio não estando sujeitas ao Regime das Actividades Económicas nos Sectores da Indústria, Comércio e Turismo de 2011.

ACTIVIDADES SUJEITAS A LICENCIAMENTO PRÉVIO

Pesqueira	Florestal	Farmacêutica	Mineira	Bancária e financeira
Construção e obras públicas	Castanha de cajú	Aguardente	Restauração	Hospedagem
Viagens e turismo	Transporte terrestres, aéreos e marítimos	Comércio de combustíveis	Indústrias insalubres tóxicas ou ruidosas	
Produção e venda de produtos alimentares	Comercialização de pesticidas e produtos tóxicos	Comercialização de produtos inflamáveis e químicos		
Indústria de produção animal e venda de carnes	Comércio de armas e munições	Importação e exportação		

Desde 2011 as operações de importação e exportação são objecto de simples declaração escrita pelos operadores, a prestar em impresso próprio a elaborar pelos serviços competentes do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo e entregue junto do Serviços Alfandegários, que posteriormente a remeterão àqueles⁵.

⁵ Até à data da presente edição não foi aprovada legislação referente a tal impresso. Em 2011 foram abolidas as condições e autorizações administrativas prévias seguintes: Boletim de Registo Prévio de Importação (BRPI) e Boletim de Registo Prévio de Exportação (BRPE); a condição de adoptar a natureza de uma sociedade comercial para ser titular de uma licença de agência de viagens e turismo; e a publicação do alvará industrial no Boletim Oficial, nos termos do Regulamento das Indústrias anterior a 1975.

Regras e procedimentos para operações cambiais

1.5

São consideradas operações cambiais desde 1991, não se conhecendo legislação posterior sobre a matéria:

- A compra e venda de moeda estrangeira e qualquer outra operação que envolva a aquisição ou alienação de meios de pagamento sobre o estrangeiro;
- As operações sobre ouro amodado ou em barra ou outras formas não trabalhadas;
- A liquidação de transacções de mercadorias, invisíveis correntes e de capitais celebradas entre residentes e não residentes;
- A abertura e movimentação, por não residentes, de contas de depósitos em moeda estrangeiras, em instituições bancárias da Guiné-Bissau;
- A abertura e movimentação residentes, de contas de depósito em moeda estrangeira no País e no estrangeiro.

As entidades que podem operar no mercado cambial e que integram a cada momento o sistema cambial são definidas e autorizadas pelo Banco Central, autoridade cambial do País. Consideram-se autorizadas a exercer a sua actividade no mercado cambial por forma plena as instituições do sistema cambial, podendo ser autorizadas as casas de câmbio regularmente constituídas.

As entidades autorizadas a exercer o comércio de câmbios não podem celebrar entre si, com instituições financeiras estrangeiras ou com outras entidades acordos ou contratos de que possa resultar uma situação de domínio sobre o mercado cambial ou alterações das condições normais no funcionamento deste. Só os residentes detentores de moeda estrangeira podem ceder livremente a entidades autorizadas a exercer o comércio de câmbios, sem ter de justificar a sua proveniência.

Quanto aos não residentes, devem declarar às autoridades alfandegárias, à sua chegada ao território da Guiné-Bissau, o montante da moeda estrangeira de que são portadores.

As infracções cambiais são punidas com multas entre 1 000 000 e 100 000 000 Pesos Guineenses (PG)⁶ (ou seja, entre cerca de 15 354 FCFA e 15 384 61 FCFA ou cerca de EUR 23 e EUR 2 300 300), nomeadamente a entrada de moeda estrangeira proveniente da exportação de bens ou serviços ou de operações de capitais no País sem ser por intermédio de uma instituição bancária.

1.6

Investimento estrangeiro com liberdade de iniciativa

No Código de Investimento de 2011, actualizado em 2015, não está vedado o acesso de qualquer actividade aos incentivos ao investimento, sendo garantido a todos os investidores o direito à liberdade de iniciativa e de exercício de actividade económica.

Sem prejuízo do combate a práticas impeditivas da livre concorrência e que limitem o acesso às matérias-primas ou bens semi-processados necessários às operações das empresas em condições normais de mercado, as operações de investimento devem subordinar-se ao seguinte:

- Ordenamento jurídico nacional e normas decorrentes dos tratados internacionais a que a Guiné-Bissau esteja vinculada,
- Em especial às normas relativas à protecção da saúde e salubridade públicas, à protecção ao consumidor, à concorrência, à defesa do ambiente, ao combate à desertificação, à normalização e qualidade dos produtos, ao pagamento dos tributos e à adopção e manutenção de contabilidade correcta e completamente organizada em conformidade com o **Sistema Contabilístico da África Ocidental (SYSCOA)** e/ou o **Sistema Contabilístico da Organização para a Harmonização do Direito de Negócios em África (SYSCOHADA)**.

⁶ Valores previsto no Artigo 15.º do Decreto n.º 20/91, o qual não sofreu alteração ou revogação até à data da presente Edição, e tendo o PG sido substituído em 1997 pelo FCFA, em virtude da entrada na UEMOA, sendo convertida a uma taxa de 65 Pesos por Franco CFA.

O **SYSCOA** é o referencial contabilístico comum no seio da UEMOA que determina que estão obrigadas a organizar contabilidade as entidades produtoras de bens e serviços, comercializáveis ou não, na medida em que exercem, com fim lucrativo ou não, actividades económicas a título principal ou acessório, com carácter de continuidade, à excepção das que se regem pelas normas da contabilidade pública, incluindo:

- Empresas submetidas às regras do Direito Comercial;
- Empresas públicas;
- Empresas parapúblicas;
- Empresas de economia mista; e
- Cooperativas.

O **Guiché Único de Depósito de Balanços (GUDEB)** é a estrutura instituída em 2013 de acompanhamento do dispositivo nacional do SYSCOA a funcionar sob a tutela do Ministério das Finanças, na **DGCI**, que tem por missão fazer a recolha anual de balanços e dos respectivos Mapas Financeiros anuais de Empresas e Instituições Financeiras e não Financeiras que exercem actividade no território nacional.

As empresas que exerçam **actividade de exploração mineira** ao abrigo do Código de Minas e Pedreiras, devem, nos termos e condições a definir na Convenção Mineira, assegurar o fornecimento do mercado nacional com parte do mineral objecto da exploração.

Offshores e Zonas Francas

1.7

O Código de Investimento de 2011 actualizado em 2015 não é aplicável aos investimentos realizados em zonas francas e lojas francas, que se regem nos termos da legislação própria ou de contratos de investimento.

Não se conhecem *offshores* ou zonas francas criadas até ao momento na Guiné-Bissau, mas desde 1991 o Governo foi autorizado a criar zonas francas em qualquer parte do território nacional, tendo ficado previsto o seguinte:

- As zonas francas terão natureza industrial, comercial e de serviços;
- Será criado, no Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, o Gabinete de Zonas Francas.

Em 1988 foi determinada a isenção da taxa de emolumentos gerais aduaneiros, a reexportação de mercadorias que tenham sido laboradas em depósitos francos ou zonas francas.

Têm sido reconhecidas as potencialidades petrolíferas no *offshore* nomeadamente a nível de Análise da Situação e Estado do Desenvolvimento para efeitos de cooperação⁷.

1.8

Constituição de empresa com capital estrangeiro

Através dos **Princípios Gerais Aplicáveis a Actividades Económicas nos Sectores da Indústria, Comércio e Turismo** de 2011 permite-se o livre acesso a actividades económicas nos sectores da indústria, comércio e turismo de pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, desde que salvaguardada a responsabilidade civil dos agentes nos termos legais, mediante a prestação de caução e realização de apólices de seguros. De igual forma suprimem-se as autorizações prévias para a constituição de sociedades com este objecto social e para a alteração dos seus estatutos.

Para informação específica consultar o sítio oficial da Direcção Geral da Promoção do Investimento Privado (DGPIP)⁸.

⁷ https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

⁸ <http://dgpip-bissau.blogspot.com/> e <http://www.didinho.org/>

Principais entidades competentes

1.9

Sob a alçada do Ministério da Economia, Plano e Integração Regional estão as seguintes entidades:

- A **Direcção da Promoção do Investimento Privado (DGPIP)** é o organismo responsável pela gestão e aplicação do Código do Investimento, designadamente no que respeita a:
 - Promover, apoiar, acompanhar e supervisionar o investimento privado, nacional e estrangeiro;
 - Conceder as autorizações necessárias para que os investimentos nacionais e estrangeiros e as transferências de tecnologias no âmbito dos regimes previstos na lei possam beneficiar de incentivos;
 - Verificar e zelar pela conformidade entre a execução dos projectos de investimentos e as condições subjacentes à atribuição de incentivos.
- A **Agência da Promoção de Investimentos da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau Investimentos - GBI)** criada em 2012 tem por objecto:
 - Promoção activa de condições propícias à realização de projectos de investimento, de origem nacional e estrangeira;
 - A Guiné-Bissau como destino de investimento directo estrangeiro (IDE);
 - Funcionar como Interlocutor Único do Investidor.
- O **Centro de Formalização de Empresas (CFE)** criado em 2010 tem como objectivo de permitir ao empreendedor aceder aos serviços através de um único interlocutor, evitando-lhe o contacto com diversos departamentos públicos e o dispêndio de recursos que poderá empregar no seu negócio.⁹

⁹ Nos termos previstos no Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 8/2011, de 10 de Maio.

O **Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)**¹⁰, instituição da **União Monetária Oeste Africana (UEMOA)**, a par do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), tem os seguintes objectivos definidos nos seus Estatutos aprovados em 2008:

- Definir e executar a política monetária no seio da UEMOA;
- Zelar pela estabilidade do sistema bancário e financeiro da UEMOA;
- Promover o bom funcionamento e assegurar a supervisão e a segurança dos sistemas de pagamento na UEMOA,
- Executar a política cambial da UEMOA, nas condições definidas pelo Conselho de Ministros;
- Gerir as reservas cambiais oficiais dos Estados-Membros da UEMOA.

Para fazer face ao aumento da despesa pública decorrente das obrigações do Estado, foram adoptadas medidas, em Julho de 2018 pelo **Ministro da Economia e Finanças para a efectiva cobrança fiscal** de operações até à data desoneradas da carga fiscal efectiva, estando as operações de fiscalização e cobrança de todos os impostos a cargo da **Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI)**, na qualidade de órgão do Ministério das Finanças responsável pela implementação da política e legislação tributária.

Medidas para a efectiva aplicação das normas de incidência fiscal

Operações	Implementação das medidas
Aquisição de passagens aéreas - Imposto de Selo	Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC-GB)
Actos societários - Imposto de Selo	CFE
Serviços de portagens - Imposto Geral sobre Vendas e Serviços (IGVS);	Fundo de Conservação Rodoviária (FCR)
Serviços aeroportuários - IGVS	Serviços de Assistência Aeroportuária (SAA)

¹⁰ www.bceao.int

<p>Licenciamento da actividade pesqueira (incluindo armadores da União Europeia) - Imposto de Selo</p>	<p>Ministério das Pescas</p>
<p>Fornecimento de electricidade e água - IGVS</p>	<p>Energia e Água da Guiné-Bissau (EAGB)</p>
<p>Remunerações pagas pelas Finanças (soldos, subsídios de representação, subvenções vitalícias, honorários, percentagens, senhas de presença e pensões de reforma e aposentação superior a 200 000 FCFA ou cerca de EUR 300) - Imposto Profissional</p>	<p>Ministério da Economia, Finanças e Projetos</p>
<p>Realizações de empreitadas - Imposto de Selo</p>	<p>Ministério das Finanças e FCR</p>
<p>Licenciamento de obras - Imposto de Selo;</p>	<p>Câmara Municipal de Bissau</p>
<p>Pagamento de rendas - Contribuição Predial Urbana</p>	<p>Ministério das Finanças e demais entidades públicas</p>
<p>Prestações de serviços externos - Contribuição Industrial</p>	

1.10 Resolução de conflitos

Na resolução de conflitos e litígios emergentes de operações de investimento será privilegiada a conciliação, ou, caso esta não seja possível, a arbitragem.

Os Investidores e as Empresas poderão, à sua escolha, submeter a resolução dos conflitos com o Estado às regras de conciliação, mediação e arbitragem resultantes:

- De pactos ou acordos de mediação e arbitragem concluídos entre as partes, conforme regras arbitrais aplicáveis eleitas por estas;
- De acordos ou tratados relativos à protecção de investimentos celebrados entre a Guiné-Bissau e o Estado de que o investidor é nacional;
- Da Convenção de Washington, de 15 de Março de 1965, sobre a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados Nacionais e outros Estados¹¹, bem como do respectivo Centro Internacional de Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRCI) entre Estados Nacionais e outros Estados, estabelecida sob a égide do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), caso o Investidor reúna as condições estabelecidas pelo artigo 25.º da referida Convenção;
- Das disposições regulamentares do mecanismo suplementar aprovado a 27 de Setembro de 1978 pelo Conselho de Administração do CIRCI, caso o investidor não reúna as condições estabelecidas no artigo 25.º da referida Convenção.

Na falta da aplicação das regras supra mencionadas, podem as partes recorrer aos Tribunais Judiciais da República da Guiné-Bissau para a resolução de conflitos no âmbito de operações de investimento.

¹¹ Sítio oficial da Convenção de Washington (ICSID Convention) <https://icsid.worldbank.org/ICSID/Index.jsp>; lista de Estados contratantes <https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/about/Pages/Database-of-Member-States.bak.aspx>

Fornecimento de serviços e obras ao Estado

1.11

São aplicáveis as regras do Código dos Contratos Públicos de 2012, que se mantêm inalteradas, aos contratos públicos cujo valor estimado sem taxas seja igual ou superior aos seguintes limites:

- 5 milhões FCFA (cerca de EUR 7 600), para fornecimentos e serviços;
- 10 milhões FCFA (cerca de EUR 15 240) para obras.

Os seguintes contratos celebrados por pessoas colectivas de direito privado são abrangidos por estas regras.

Contratos celebrados entre o Estado e empresas privadas

Contratos e delegações de serviço público celebrados por pessoas colectivas de direito privado que agem por conta do Estado, duma colectividade territorial, duma pessoa colectiva de direito público, duma sociedade de Estado, duma sociedade com participação financeira pública maioritária, ou duma associação formada por uma ou várias dessas pessoas coletivas de direito público;

Contratos e delegações de serviço público celebrados por pessoas coletivas de direito privado, ou por sociedades de economia mista, quando esses contratos beneficiarem do concurso financeiro ou da garantia do Estado

O **Plano Estratégico Guiné-Bissau 2015-2025 “Terra Ranka”**¹² tem como visão “Uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade”, servindo como ponto de partida para a rota a percorrer por “cada *tabanca*”¹³.

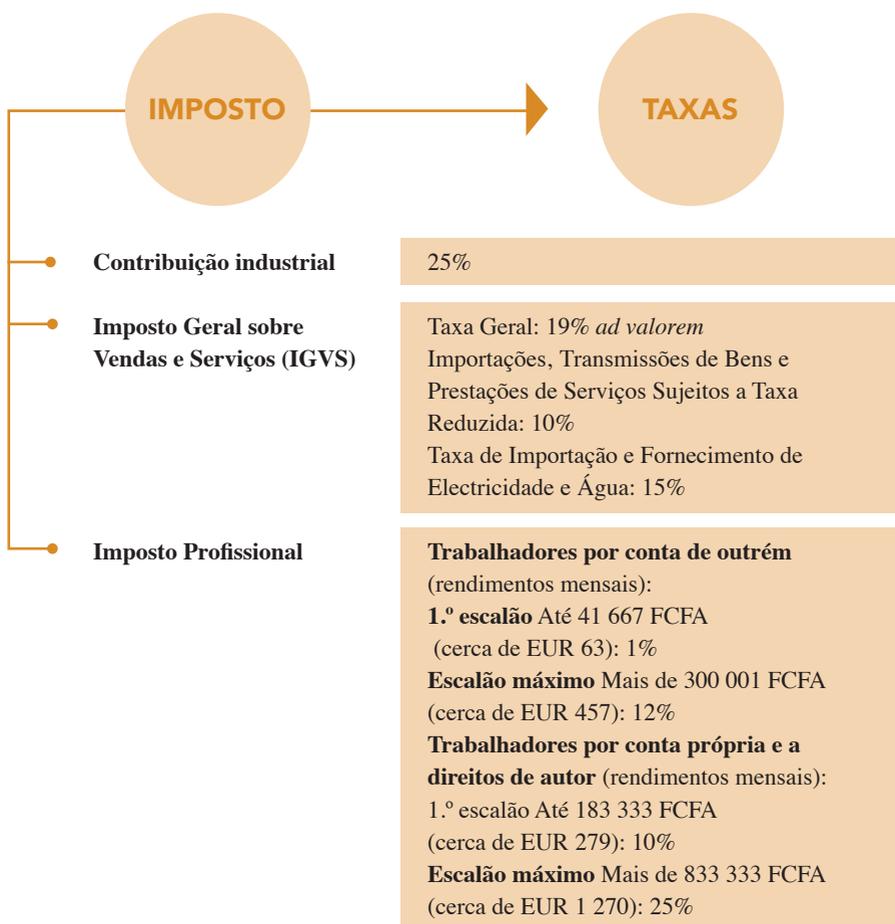
¹² <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>

¹³ Bairro, vila na Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau não foram aprovados outros Programas, Planos ou Estratégias directamente referentes a investimento, economia, comércio ou indústria.

1.12

Principais taxas de impostos



Fontes adicionais de informação

1.13

Consultar informação sobre os incentivos às empresas registadas na DGPIP, no sítio “como investir na Guiné-Bissau” com o selo daquela entidade, incluindo a documentação que deve acompanhar o pedido de isenção e os procedimentos e documentos necessários para as actividades de Agricultura, Pescas, Comércio, Construção, Educação, Indústria, Saúde, Transportes, Turismo, Portos, Empresas de electricidade e águas e Minas¹⁴.

Lista de Informação pela AICEP¹⁵:

- Direcção Geral de Promoção do Investimento Privado (DGPIP)¹⁶;
- Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau¹⁷;
- Câmara de Comércio da Guiné-Bissau¹⁸.

Mais informações disponíveis nas seguintes entidades:

- CGD¹⁹;
- Instituto Camões²⁰;
- Banco Mundial²¹;
- Associação Nacional das Empresas (ANEME)²²;
- Centro de Estudos sobre África, Ásia e do Desenvolvimento (CESA)²³;
- *European External Action Service* (EEAS)²⁴;
- IMF²⁵.

¹⁴ Disponível em: www.didinho.org/comoinvestirnaguinebissau.htm

¹⁵ <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/GuineBissauICU.pdf>

¹⁶ <http://dgpip-bissau.blogspot.pt/>

¹⁷ <http://ccias-guinebissau.com/>

¹⁸ <https://web.facebook.com/Câmara-do-Comércio-da-Guiné-Bissau>

¹⁹ <https://www.cgd.pt/Empresas/Plataforma-Internacional/Estudos/Documents/1-GUINE-NIGERIA-CEDEAO-CPLP.pdf>

²⁰ https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

²¹ <http://documents.worldbank.org/curated/pt/314531468034873380/pdf/595620ESW0PORT1Main0Report01PUBLIC1.pdf>

²² https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf

²³ <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp155.pdf>

²⁴ https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/soccivilestadogb_net.pdf

²⁵ <https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2018/06/06/Guinea-Bissau-Fifth-Review-Under-the-Extended-Credit-Facility-Arrangement-Request-for-45942> ; <https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2017/12/18/Guinea-Bissau-2017-Article-IV-Consultation-and-Fourth-Review-Under-the-Extended-Credit-45485>

几内亚比绍常用缩写词和首字母缩略词 Siglas e Acrónimos de Guiné-Bissau

ANAC	国家民航局	Agência Nacional da Aviação Civil
ANEME	全国企业协会	Associação Nacional das Empresas
BCEAO	西非国家中央银行	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BIRD	国际复兴开发银行	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BOAD	西非开发银行	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CESA	亚非研究及发展中心	Centro de Estudos sobre África, Ásia e do Desenvolvimento
CFE	企业事务办理中心	Centro de Formalização de Empresas
DGCI	税务总局	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
DGPIP	私人投资促进总局	Direcção-Geral da Promoção do Investimento Privado
EAGB	几内亚比绍能源水务局	Energia e Água da Guiné-Bissau
EEAS	欧洲对外行动署	European External Action Service
FCFA	非洲法郎;西非法郎	Franco da Comunidade Financeira Africana
FCR	道路养护基金	Fundo de Conservação Rodoviária
GBI	几内亚比绍投资局	Guiné-Bissau Investimentos
GUDEB	资产负债表递交单一窗口	Guiché Único de Depósito de Balanços
IGVS	销售和服务普通税	Imposto Geral sobre Vendas e Serviços
OHADA	非洲商法协调组织	Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África
PIP	公共投资计划	Programas de Investimento Público
PG	几内亚比索	Pesos Guineenses
SAA	机场后勤服务处	Serviços de Assistência Aeroportuária
SYSCOA	西非会计系统	Sistema Contabilístico da África Ocidental
SYSCOHADA	非洲商法协调会计系统	Sistema Contabilístico da Organização para a Harmonização do Direito de Negócios em África

葡语国家常用缩写词与简称
Siglas e Acrónimos Comuns aos Países de Língua Portuguesa

AC	主管机关	Autoridade Competente
AIA	环境影响评估	Avaliação de Impacto Ambiental
CAE	经济活动分类	Classificação das Actividades Económicas
CIF	到岸价格 (成本、保险费和航运费)	Cost, Insurance and Freight (Custo, Seguro e Frete)
CIRCI	国际投资争端解决中心	Centro Internacional de Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos
CPLP	葡萄牙语国家共同体	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
IDE	外商直接投资	Investimento Directo Estrangeiro
IVA	增值税	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MPME	中小微型企业	Micro, Pequenas e Médias Empresas
OCDE	经济合作与发展组织	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE/OE	国家总预算/国家预算	Orçamento Geral do Estado/Orçamento do Estado
PALOP	非洲葡语国家	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	国内生产总值	Produto Interno Bruto
USD	美元	Dólar dos Estados Unidos
FOFA	强弱危机分析，即优势、劣势、机会和威胁	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
TIC	信息和通讯技术	Tecnologias de Informação e Comunicação

中国—葡语国家经贸合作论坛(澳门) Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

中国—葡语国家经贸合作论坛(澳门),于2003年10月在澳门创立,由中国中央政府发起、中国商务部主办、澳门特别行政区政府承办,安哥拉、巴西、佛得角、几内亚比绍、莫桑比克、葡萄牙、圣多美和普林西比(圣普于2017年3月正式加入论坛)和东帝汶等八个葡语国家共同参与,是以经贸促进与发展为主题的政府间多边经贸合作机制,旨在加强中国与葡语国家之间的经贸交流,发挥澳门联系中国与葡语国家的平台作用,促进中国内地、葡语国家和澳门的共同发展。

中葡论坛分别于2003年10月、2006年9月、2010年11月、2013年11月和2016年10月在澳门成功举办了五届部长级会议。会议均签署了《经贸合作行动纲领》,确定了在政府间合作、贸易、投资、产能、农业、基础设施、能源、自然资源、教育与人力资源、金融、旅游、运输与通信、文化、卫生、海洋、省市间合作及澳门平台作用等诸多领域的合作内容和目标。在第五届部长级会议期间签署的《中葡论坛关于推进产能合作的谅解备忘录》,开启了中国与葡语国家经贸合作新模式。自论坛成立以来,与会国积极落实行动纲领,不断提升中国与葡语国家的经贸合作水平,取得了一系列重要的成果。



各方在论坛框架下,合作领域、深度、范围、方式、途径都不断扩大和深化,澳门国际地位也不断得到提升,澳门作为联系中国和葡语国家的桥梁和纽带作用也不断显现和强化。

2016年,在中葡论坛第五届部长级会议开幕式上,李克强总理在发表主旨演讲时形象地将中葡论坛誉为以语言文化为纽带、以经贸合作为主题、以共同发展为目标,充分发挥澳门独特优势和平台作用的“一座无形的桥梁”。

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), adiante designado por “Fórum de Macau”, foi criado em Outubro de 2003, em Macau, por iniciativa do Governo Central da China, contando com a organização do Ministério do Comércio da China e a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em estreita coordenação com 8 Países de Língua Portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe (tornou-se membro em Março de 2017) e Timor-Leste. O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental de cariz económica e comercial, com o principal objectivo de promover o desenvolvimento económico e comercial trabalhando para a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando o papel de Macau enquanto plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, procurando fomentar o desenvolvimento comum do Interior da China, dos Países de Língua Portuguesa e de Macau.

Foram realizadas, em Macau, 5 edições da Conferência Ministerial do Fórum de Macau, respectivamente, em Outubro de 2003, em Setembro de 2006, em Novembro de 2010, em Novembro de 2013 e em Outubro de 2016, tendo sido assinados os “Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial” que definiram objectivos e conteúdos para a cooperação nas seguintes áreas: cooperação intergovernamental, comércio, investimento, capacidade produtiva, agricultura, infra-estruturas, energia, recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, turismo, transportes e comunicações, cultura, saúde, domínio do

mar, cooperação entre províncias e municípios, bem como o papel de Macau como plataforma. Por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial, foi assinado o «Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau», abrindo caminho para um novo modelo da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa do Fórum de Macau.

Desde a criação do Fórum de Macau, os Países Participantes têm procurado implementar empenhadamente os “Planos de Acção”, contribuindo para o incremento da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, obtendo resultados assinaláveis e de grande alcance.

No enquadramento do Fórum de Macau, as partes têm aprofundado e alargado continuamente as áreas de cooperação nas mais variadas vertentes, inovando com novos modelos de cooperação e estratégias de cooperação; o estatuto de Macau como cidade internacional tem sido gradualmente consolidado; o papel de Macau como ponte e eixo de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem sido reconhecido e resolutamente afirmado.

Em 2016, na Cerimónia de Abertura da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, Sua Excelência o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang declarou, no seu discurso temático, que o Fórum de Macau tem a língua e a cultura como vínculo fraterno, a cooperação económica e comercial como tema e o desenvolvimento comum como objectivo, tirando o melhor partido da vantagem singular de Macau e do seu papel como plataforma que se transformou numa “ponte intangível”.

服务平台 Plataforma de serviços

澳门在各地办事处 | DELEGAÇÕES DE MACAU

中国内地 Interior da China

澳门特别行政区驻北京办事处 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim

中国北京市王府井东街8号澳门中心16层
(邮政编号100006)

Nº 8, Wangfujing East Street, 16º F, Macau
Center, Dongcheng District, Beijing, China
(P.C.: 100006)

+86 10 58138010 +86 10 58138020

draemp.gov.mo

葡萄牙 República Portuguesa

澳门驻里斯本经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa

Avenida 5 de Outubro, Nº 115, 4º andar, 1069
- 204, Lisboa, Portugal

+351 217818820 +351 217979328

decmacau@decmacau.pt decmacau.pt

比利时 Bélgica

澳门驻布鲁塞尔欧盟经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas

Avenue Louise, 326, 6.ème étage – Blue Tower,
1050 Bruxelles, Belgique

+32 2647 1265 +32 2640 1552

deleg.macao@macao-eu.be

瑞士 Suíça

澳门驻世界贸易组织经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau junto da Organização Mundial do Comércio

Avenue Louis-Casaï, 18, 1209, Genève, Suisse

+41 227100788 +41 227100780

macaoeto@macaoeto.ch macaoeto.ch

葡语国家驻中国大使馆 | EMBAXADAS DOS PLP EM PEQUIM

安哥拉

República de Angola

- Ⓧ 北京市朝阳区塔园外交人员办公楼1单元8层1号 (100600)
 Tayuan DRC: Apt.Flat 1,8 floor N° 1, Chaoyang District,Beijing, China
 ☎ +86 10 65326968 / 6839 📠 +86 10 65322882

巴西

República Federativa do Brasil

- Ⓧ 北京市朝阳区建国门外光华路27号 (100600)
 27 Guanghua Lu,Chaoyang District, 100600 Beijing, China
 ☎ +86 10 65322881 📠 +86 10 65322751
 ✉ brasemb.pequim@itamaraty.gov.br
 🌐 pequim.itamaraty.gov.br

佛得角

República de Cabo Verde

- Ⓧ 北京市朝阳区塔园外交公寓5-1-71
 Tayuan DRC: Apt. 5-1-71, Chaoyang District, Beijing, China
 ☎ +86 10 65327547 📠 +86 10 65327546
 ✉ secretaris@cvembassy.com

几内亚比绍

República da Guiné-Bissau

- Ⓧ 北京市朝阳区塔园外交公寓2-2-101
 Tayuan DRC: Apt. 2-2-101, Chaoyang District, Beijing, China
 ☎ +86 10 65327393 📠 +86 10 65327106
 ✉ egb.beijing2010@yahoo.com

莫桑比克

República de Moçambique

- Ⓧ 北京市朝阳区塔园外交人员办公楼1单元7楼2号
 Tayuan DRC: Apt.Flat 1, 7 floor N° 2, Chaoyang District, Beijing, China
 ☎ +86 10 65323578 / 65323664
 📠 +86 10 65325189
 ✉ embamoc.china@minec.gov.mz
 embamc@ambamoz.org

葡萄牙

República Portuguesa

- Ⓧ 北京市朝阳区三里屯东五街8号 (100600)
 San Li Tun Dong Wu Jie, N° 8, 100600 Beijing, China
 ☎ +86 10 65323497 📠 +86 10 65324637
 ✉ pequim@mne.pt 🌐 portugalembassychina.com

圣多美和普林西比

República Democrática de São Tomé e Príncipe

- Ⓧ 北京市朝阳区秀水街1号JB04-2-92
 Jianwai DRC: Apt. JB04-2-92, N°1, Xiushui Jie, Chaoyang District, 100600 Beijing, China
 ☎ +86 10 85328971 📠 +86 10-85324825-8001

东帝汶

República Democrática de Timor-Leste

- Ⓧ 北京市朝阳区东直门外大街23号外交办公大楼203B (100600)
 N°203B, 23 Dong Zhi Men Wai St. Chaoyang District, Beijing, China
 ☎ +86 10 85325457 📠 +86 10 85325457/2005
 ✉ embassy@embtimorleste-beijing.com
 🌐 embtimorleste-beijing.com

中国驻葡语国家大使馆 | EMBAIXADAS DA CHINA NOS PLP

安哥拉

República de Angola

中华人民共和国驻安哥拉共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República de Angola

📍 Rua Presidente Houari Boumediene No.196-200
Miramar P.O. Caixa Postal 52 Luanda, Angola

☎ +244 222441 683 / 441658 / 341683

☎ +244 222444185 / +244 222344185

✉ Shiguan@netangola.com

🌐 ao.chineseembassy.org

几内亚比绍

República da Guiné-Bissau

中华人民共和国驻几内亚比绍共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República da Guiné-Bissau

📍 Av. Francisco Joao Mendes Bissau Guiné-Bissau

☎ +245 203637 📠 +245 203590

✉ chinaemb_gw@mail.mfa.gov.cn

🌐 gw.china-embassy.org

莫桑比克

República de Moçambique

中华人民共和国驻莫桑比克共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique

📍 Av. Julius Nyerere N° 3142 P.O. Box 4668

Maputo Moçambique

☎ +258 21491560 📠 +258 21491196

✉ chinaemb_mz@mfa.gov.cn

🌐 mz.chineseembassy.org

巴西

República Federativa do Brasil

中华人民共和国驻巴西联邦共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República Federativa do Brasil

📍 SES. Av. das Nações, Quadra 813, Lote 51, Asa-Sul, Brasília-DF, Brasil CEP: 70443-900

☎ +55 6121958200 📠 +55 6133463299

✉ chinaemb_br@mfa.gov.cn

🌐 br.china-embassy.org

葡萄牙

República Portuguesa

中华人民共和国驻葡萄牙大使馆

Embaixada da República Popular da China na República Portuguesa

📍 Rua de São Caetano 2, 1200-601, Lisboa,

Portugal

☎ +351 213967748

✉ chinaemb_pt@mfa.gov.cn

🌐 pt.china-embassy.org

佛得角

República de Cabo Verde

中华人民共和国驻佛得角共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República de Cabo Verde

📍 Achada do Santo António P.O.BOX 8 Cidade da Praia Santiago Cabo Verde

☎ +238 623027 / +238 623028

☎ +238 623047 / +238 623007

✉ chinaemb_cv@mfa.gov.cn

🌐 cv.chineseembassy.org

圣多美和普林西比

República Democrática de São Tomé e Príncipe

中华人民共和国驻圣多美和普林西比民主共和国大使馆

Embaixada da República Popular da China na República Democrática de São Tomé e Príncipe

☉ Av. Kwame N’Kruma 24B, República

Democrática de São Tomé e Príncipe

☎ +239 2221798

✉ consulate_stp@mfa.gov.cn

🌐 st.china-embassy.org

东帝汶

República Democrática de Timor-Leste

中华人民共和国驻东帝汶民主共和国大使馆
Embaixada da República Popular da China na República Democrática de Timor-Leste

☉ Avenida Governador Serpa Rosa P.O.Box 131
Farol Dili, Timor-Leste

☎ +670 3325167 / +670 3325168 ☎ +670 3325166

✉ consulate_tmp@mfa.gov.cn

🌐 tl.chineseembassy.org

葡语国家驻澳门总领事馆 | CONSULADOS GERAIS DOS PLP ACREDITADOS EM MACAU

安哥拉

República de Angola

☉ 澳门友谊大马路918号澳门世界贸易中心14楼A-B座

Avenida da Amizade 918, World Trade Center,
14° A e B, Macau

☎ +853 28716229

✉ consulado.macau@mirex.gov.ao

🌐 consgeralangola.org.mo

莫桑比克

República de Moçambique

☉ 澳门宋玉生广场诚丰商业中心21J座

Alameda Dr. Carlos D’Assumpção,
Cheng Feng Centro Comercial, 21° J, Macau

☎ +853 28508980 / +853 28508970

✉ consuladomocambique@live.com

🌐 mozconsulate-macau.org.mo

巴西

República Federativa do Brasil

☉ 香港湾仔港湾道30号新鸿基中心20楼F, 2014-2021室

Harbour Road 30, Sun Hung Kai Centre 20° F,
Salas 2014-2021, Wanchai, Hong Kong

☎ +852 25257004

✉ cg.hongkong@itamaraty.gov.br

葡萄牙

República Portuguesa

☉ 澳门伯多禄局长街45号

Rua Pedro Nolasco da Silva 45

☎ +853 28356660 / 1 / 2

✉ macau@mne.pt 🌐 cgportugal.org

葡语国家驻澳门名誉领事 | CÔNSULES HONORÁRIOS DOS PLP EM MACAU

佛得角

República de Cabo Verde

- 👤 周锦辉 **David Chow Kam Fai**
 ☉ 澳门友谊大马路及孙逸仙大马路，
 澳门渔人码头励宫 地面层一号铺及一楼
 Avenida da Amizade e Avenida Dr. Sun Yat-Sen,
 Macau Fisherman's Wharf, G/F Shop 01 & 1/F,
 The Palace, Macau
 ☎ +853 28788138 ✉ caboverde2007@gmail.com

几内亚比绍

República da Guiné-Bissau

- 👤 陈明金 **Chan Meng Kam**
 ☉ 澳门冼星海大马路105号金龙中心13楼H室
 Avenida Xian Xing Hai, N° 105, Centro Golden
 Dragon, 13° H, Macau
 ☎ +853 2855 1999 ☎ +853 2872 1555
 ✉ guinea_bs_macau@yahoo.com

葡语国家投资贸易促进机构 | INSTITUTOS DE PROMOÇÃO

安哥拉

República de Angola

安哥拉投资和出口促进局

Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola (AIPEX)

- ☉ Rua Kwamme Nkrumah, N° 8, Maianga Luanda
 – Angola
 ☎ +244 222391434 / 331252
 ✉ info@aipex.gov.ao 🌐 aipex.gov.ao

圣保罗分部

- Escritório Sudeste (São Paulo – SP)
 ☉ Avenida Paulista n° 1313, 4° Andar, Sala 410-B,
 Ed. Sede da FIESP – CEP: 01311-923 – São
 Paulo-SP
 ✉ sudeste@apexbrasil.com.br
 🌐 portal.apexbrasil.com.br

巴西

República Federativa do Brasil

巴西外贸和投资促进局 Apex Brasil

- 巴西利亚总部 Escritório Sede (Brasília – DF)
 ☉ SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201
 a 1701 – Centro Empresarial CNC – CEP:
 70.040-250 – Brasília-DF
 ☎ +55 61 2027-0202
 ✉ apexbrasil@apexbrasil.com.br
 🌐 portal.apexbrasil.com.br

佛得角

República de Cabo Verde

佛得角投资和旅游促进局

总部

Cabo Verde TradeInvest

- Sede
 ☉ Rotunda da Cruz de Papa, 5 C.P. 89 – C Achada
 Santo António, Praia, Cabo Verde
 ☎ +238 2604110 / 11 ☎ +238 2621488
 ✉ info@cvtradeinvest.cv 🌐 cvtradeinvest.com

几内亚比绍
República da Guiné-Bissau

几内亚比绍投资促进局

Agência de Promoção de Investimento – Guiné-Bissau Investimentos

📍 Avenida Amílcar Cabral, N° 67 r/c Esq.,
Bissau – Guiné-Bissau

☎ +245 955 651 412

✉ mef-gb.com/pt

莫桑比克
República de Moçambique

莫桑比克出口促进局

Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX)

📍 Rua da Imprensa 332, Ground Floor, Maputo

☎ +258 21321291 / 2 / 3

✉ apiex.gov.mz 🌐 invest.apiex.gov.mz

葡萄牙
República Portuguesa

葡萄牙经贸投资促进局

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

总部 Sede da AICEP

📍 Rua Julio Dinis, 748 - 9° Dto, 4050-012 Porto

☎ + 351 22 6055 300

✉ aicep@portugalglobal.pt 🌐 portugalglobal.pt

里斯本分部 Sede em Lisboa

📍 Rua de Entrecampos, n° 28

Bloco B – 12° Andar, 1700-158 Lisboa

☎ + 351 217 909 500

✉ aicep@portugalglobal.pt 🌐 portugalglobal.pt

葡萄牙开发融资机构

SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito

📍 Av. Casal Ribeiro, N° 14 – 4, 1000-092 Lisboa,
Portugal

☎ +351 213137760 ☎ +351 213137779

✉ sofid@sofid.pt

圣多美和普林西比
República Democrática de São Tomé e Príncipe

圣多美和普林西比贸易投资促进局

Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI)

☎ +239 2222653

✉ felipe.boamorte@meci.gov.st

东帝汶
República Democrática de Timor-Leste

东帝汶贸易投资局

TradeInvest Timor-Leste

📍 Rua 25 de Abril, N° 8 Colmera, Vera Cruz Dili,
Timor-Leste

☎ +670 3311105 ☎ +670 3311553

✉ drem@investtimor-leste.com 🌐 tradeinvest.tl



Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial
entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门）常设秘书处

